

A. I. Nº - 09294112/03
AUTUADO - ESCORPIUS CONFECÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - WALTER LÚCIO CARDOSO DE FREITAS
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET - 28. 10. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0421-04/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovado que o contribuinte estava com sua inscrição cancelada na data da autuação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 14/08/2003, exige ICMS no valor de R\$1.076,22, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedente de outra unidade da Federação, por contribuinte com inscrição cancelada.

O autuado apresentou defesa, fls. 29 e 30, alegando que ao receber da Infaz Bonoco o comunicado que sua “inscrição estava intimada para cancelamento”, procedeu como prevê o RICMS a sua reativação no cadastro em 23/07/2003, antes da apreensão das mercadorias. Ao finalizar, solicita que o Auto de Infração seja julgado improcedente ou nulo e diz que acostou documentos que comprovam sua alegação.

Na informação fiscal, fls. 33, o auditor afirma que a ação fiscal ocorreu em 11/08/03, com a lavratura do Termo de Apreensão 113862 no depósito da transportadora, quando a empresa estava com sua inscrição cancelada no CAD-ICMS desde 05/07/03 pelo Edital 16/2003, conforme extrato do INC emitido em 11/08/08/03, folha 11 do PAF.

Ressalta que a defesa não apresentou qualquer documentação que comprove sua alegação de que promoveu a reativação de sua inscrição no CAD-ICMS em 23/07/03.

Aduz que conforme o Art. 191, do RICMS/97, a empresa autuada foi considerada clandestina à época da ação fiscal e deveria promover o recolhimento por antecipação do ICMS referente às operações interestaduais com mercadorias na primeira repartição fiscal do percurso de entrada no território baiano, como é o caso deste PAF, conforme preceitua o item “a”, inciso II, do artigo 125 do RICMS/97. Finalizando diz que considera totalmente cabível a autuação.

VOTO

Analisando os elementos que instruem o PAF, constatee que a Nota Fiscal nº 42.480, 53.289 e 53290, foram emitidas em 07/08/03, e a apreensão das mercadorias ocorreu 11/08/03, ocasião em que o contribuinte encontrava-se com sua inscrição cancelada.

Em relação ao argumento defensivo, de que o contribuinte teria dado entrada no pedido de regularização de sua inscrição estadual no dia 23/07/2003, ou seja, antes da apreensão das

mercadorias, o mesmo não pode ser aceito, pois embora o autuado informe que estava acostando a defesa à documentação comprobatória, nenhuma prova foi apresentada para elidir a acusação.

Desta situação, a legislação estabelece que o tratamento para os contribuintes com inscrição cancelada é o mesmo que se atribui a contribuinte sem inscrição, ou para mercadoria sem destinatário certo, ou seja, no primeiro posto fiscal de fronteira deverá o contribuinte efetuar o pagamento do imposto.

Determina, o art. 125, inciso II, “a”, do RICMS/97, ao tratar dos prazos e momentos para recolhimento do ICMS por antecipação, que o imposto será recolhido pelo próprio contribuinte ou pelo responsável, na entrada no território deste Estado, de mercadorias destinadas a ambulantes, enquadradas no regime de substituição tributária, ou à contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo.

Logo, entendo que o procedimento do auditor autuante ocorreu em conformidade com a legislação vigente, pois ficou comprovado que no período da autuação a inscrição do contribuinte estava cancelada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09294112/03**, lavrado contra **ESCORPIUS CONFECÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.076,22**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de outubro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR